

385

CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DA INFANTO-ADOLESCÊNCIA: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. *Ezequiel de Souza, Soraya Maria Vargas*

Cortes (orient.) (Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS).

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente da Região Metropolitana de Porto Alegre a partir do processo de descentralização das políticas para a infanto-adolescência. A implantação dos conselhos pode representar uma modalidade inovadora de gestão que implique em participação da sociedade civil organizada na discussão e elaboração de políticas sociais. Busca-se identificar qual o papel efetivo destes conselhos na formulação de políticas para a infanto-adolescência. Estão sendo analisados os documentos que normatizam a criação e composição dos conselhos nas esferas federal, estadual e municipal. A pesquisa está em sua fase inicial. Os resultados parciais apontam a existência de uma mudança da própria concepção de participação e cooperação. Isso parece decorrer do caráter intersetorial do conselho de direitos da criança e do adolescente, que precisa trabalhar em articulação com outros conselhos de políticas sociais, como o de assistência social e o da saúde. Na próxima etapa da pesquisa, serão feitas entrevistas semi-estruturadas com conselheiros do município de Porto Alegre, selecionados aleatoriamente, respeitando a diferenciação entre representantes governamentais e da sociedade civil. Essas entrevistas buscarão identificar a avaliação que os conselheiros fazem da atuação do conselho de direitos e quais são os conflitos existentes. (PIBIC/CNPq-UFRGS).